



O CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO E SUA MATERIALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA

MORAES, Denise Rosana da Silva-UNIOESTE/PR
denisepedagoga@gmail.com

STELLA, Ivanir -CET Costa e Silva/PR
ivanirstella@hotmail.com

TERUYA, Teresa Kazuko- UEM/PR
tkteruya@gmail.com

Eixo Temático: Formação de Professores e Profissionalização Docente
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

O Conselho de Classe nas escolas de Educação Básica versa em não, raros casos, de uma espécie de classificação avaliativa dos/as educandos, a fim de legitimar ou não sua exclusão. Este texto destina-se a compartilhar com outros/as colegas pesquisadores/as da educação, um projeto de ação acerca da efetivação do Conselho de Classe participativo, e sua materialização no espaço escolar. O objetivo de tal projeto desenvolvido na escola foi ressignificar o espaço do Conselho de Classe para além de uma pretensa naturalização da reprovação. Transformando-o coletivamente em um momento de reflexão da ação pedagógica da escola, inclusive com a participação de todos/as, funcionários/as, professores/as e alunos/as neste intento, já que entendemos que todos/as são educadores/as. A indagação que permeou a ação foi à seguinte: Como transformar o Conselho de Classe, num momento efetivamente pedagógico, para além da classificação na avaliação? Contamos com a interlocução de autores como; Paulo Freire; Ângela Dalben; Álvaro Vieira Pinto; Cipriano Carlos Luckesi; Georges Snyders; Celso Vasconcellos; entre outros/as para nossa sustentação teórica e, metodológica neste projeto de ensino. A contribuição desse estudo se deu em duas vias, teórica, com a retomada de estudos por parte dos/as docentes e prática com a repercussão no desenvolvimento desse estudo nas escolas através da organização de grupos de experiências e estudos sobre as práticas escolares. Concluímos após um longo período de prática-teoria-prática desse projeto que, é necessário tempo e espaço para a efetivação de propostas dessa envergadura. É preciso ainda, envidar esforços para aproximar os/as professores da Educação Básica às pesquisas das universidades. E finalmente, é preciso registrar que, conseguimos materializar na prática uma ação democrática e socializadora do Conselho de Classe Participativo na escola, com repercussão para além dela.

Palavras-Chave: Conselho de Classe Participativo. Formação de professores. Avaliação. Prática docente.

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar a concretude e o êxito de um projeto de investigação/ação sobre o conselho de classe participativo (CCP) que desenvolvemos no espaço de uma escola de Educação Básica e de formação de docentes (antigo magistério). Esse projeto foi gestado coletivamente junto aos nossos pares e alunos/as bem como, aos agentes educacionais escolares.

O Conselho de Classe nas escolas de Educação Básica versa em não, raros casos, de uma espécie de classificação avaliativa dos/as educandos, a fim de legitimar ou não sua exclusão, e esse ideário não encontrava total respaldo entre os professores/as, sendo um momento particularmente tenso. Este texto destina-se a compartilhar com outros/as colegas pesquisadores/as da educação, um relato de experiência acerca da efetivação do Conselho de Classe participativo, e sua materialização no espaço escolar. O objetivo de tal projeto desenvolvido na escola foi ressignificar o espaço do Conselho de Classe para além de, uma pretensa naturalização da reprovação. Transformando-o coletivamente em um momento de reflexão da ação pedagógica da escola, inclusive com a participação de todos/as, funcionários/as, professores/as e alunos/as neste intento, já que entendemos que todos/as são educadores/as.

A indagação que permeou a ação foi à seguinte: Como transformar o Conselho de Classe, num momento efetivamente pedagógico, para além da classificação na avaliação? Contamos com a interlocução de autores como; Paulo Freire; Ângela Dalben; Georges Snyders; Celso Vasconcellos; Paulo Roberto Padilha; entre outros/as pesquisadores da formação de professores/as para a sustentação teórica e, metodológica neste projeto de ensino. A contribuição desse estudo se deu em duas vias, teórica, com a retomada de estudos por parte dos/as docentes e prática com a repercussão no desenvolvimento desse estudo nas classes e nas escolas através da organização de grupos de experiências e estudos sobre as práticas escolares. Concluímos após um longo período de prática-teoria-prática desse projeto que, é necessário tempo e espaço para a efetivação de propostas dessa envergadura. É preciso ainda, envidar esforços para aproximar os/as professores da Educação Básica às pesquisas das universidades. E finalmente, é preciso registrar que, conseguimos materializar na prática uma ação democrática e socializadora do Conselho de Classe Participativo na escola, com repercussão para além dela.

Para fins de organização didática apresentamos esse estudo da seguinte forma, inicialmente dialogamos com autores e autoras que discutem sobre o conselho de classe, registrando que, ainda há carência de pesquisas sobre essa temática, fundamental na ação pedagógica da escola. Discutimos ainda, a concepção de conselho de classe na perspectiva emancipadora e, finalmente apresentamos a nossa experiência na materialização do CCP em uma escola pública de Educação Básica. Este projeto vingou durante uma década, gerando frutos que, espriam-se nas demais escolas da educação infantil à universidade.

Planejamento; Conselho de Classe e avaliação escolar.

É importante pontuar que o conselho de classe faz parte de uma instância democrática da escola, e que, intenta a elaboração de um planejamento devidamente articulado e orgânico ao projeto político-pedagógico da instituição. Entretanto a idéia de planejamento está fortemente arraigada a um modelo de escola e de administração autoritários. Muitos educadores e educadoras tem uma resistência, não sem razão, a toda idéia de plano, projeto ou planejamento. Esta recusa deve-se a um modelo de escola nos moldes do regime autoritário nas décadas de 1960 até muito recentemente anos 1980, cuja égide se deu via prática autoritária. Assim a concepção de um CCP é muito discutida tendo em vista sua historicidade.

Romão & Gadotti(1994) sobre o projeto político-pedagógico asseveram que:

É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como um situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção que deriva de respostas a um feixe de indagações tais como: que educação se quer e que tipo de cidadão se deseja, para que projeto de sociedade? A direção se fará ao se entender e propor uma organização que se funda no entendimento compartilhado dos professores, dos alunos e demais interessados em educação (ROMÃO&GADOTTI, 1994, p.42).

A partir desse encaminhamento sobre que escola, para que sociedade e com qual organização se quer, é que os projetos e ações pedagógicas podem vir a ser materializadas nesse campo educativo. No Brasil segundo Padilha (2002) o planejamento educacional, por exemplo, surgiu como um instrumento fundamental para a consagração do “papel da educação enquanto um fator de desenvolvimento econômico, como instrumento de progresso técnico e como meio de seleção e ascensão social” (p.53). Para o autor, esse ideário é

incentivado pela Unesco, OEA e Cepal, promotoras da Reunião Fundacional do Planejamento Integrado da Educação, realizada em 1958 em Santiago. Entretanto, esse modelo de organização foi criticado com o surgimento do que o autor denomina como “modelo sociológico” o qual segundo ele, no que tange a educação, defende que a concepção de educação seja baseada e fundamentada em valores culturais e políticos, estes devidamente contextualizados. Em suma, neste enfoque, “a busca de uma administração de educação interdisciplinar, propõe que a prática educacional, em todos os níveis, seja bem explicitada, evidenciando as relações de dominação social e a diferença entre classes sociais (PADILHA, 2002, p.54). Paulo Freire (2007) propõe que a escola seja entendida como um espaço autônomo, em cuja autonomia estejam elencadas propostas para uma formação para a vida e para o trabalho concomitantemente e fundamentalmente.

O ideário neoliberal, com sua fala mansa, prega uma autonomia que, para Padilha (2002) disfarçadamente continua sendo o individualismo liberal, que tem estimulado a competitividade e o lucro, da mesma forma em escolas e empresas, como se essas instituições fossem perfiladas. Nas escolas a partir do neoliberalismo todos os esforços são envidados a formar para o trabalho, em detrimento da vida e cidadania dos/as educandos/as. O incentivo a privatização também é uma forte marca desse ideário, ao qual propõe o fim da responsabilidade do Estado com a educação e com isso, desrespeita os direitos historicamente conquistados, a custo de muita luta, pelos cidadãos e cidadãs. Já a escola que, se assenta na concepção freiriana, segundo Padilha (2002) é projetada com base na autonomia, mas, com a finalidade expressa de formar para a vida, para o trabalho, para a construção de relações humanas e solidárias justas e éticas, enfim, para o exercício e a prática de uma cidadania crítica, a bem do país e de seus cidadãos/as. Esse é um grande valor para a escola, contribuir com a gestão de uma nova sociedade cuja base seja consolidada nessas relações solidárias e humanizadoras.

Para a consecução de um CCP foi necessário discutir longa e acaloradamente uma nova concepção de avaliação que nortearia e que, com o redimensionamento do conselho seria encampada pelos/as docentes dali por diante. Concordamos com Vasconcellos (2003) que, não basta um novo discurso para mudar as práticas de avaliação. O que altera é a ação, pois é através de atividades que os/as sujeitos marcam sua ação no mundo. Para o bem ou para o mal. Cabe, em sua concepção, elaborar um conjunto de propostas para começar a mudança. Entretanto, também não basta qualquer prática, fortalecendo o discurso lamentável

que alguns professores/as têm, de que, basta de tanta teoria, agora é a vez da prática. Entendemos que, é no espaço escolar que esta estreiteza entre teoria e prática precisa ser visível e ainda ser defendida. “Daí a necessidade de construirmos coletivamente nossos referenciais, logo, as práticas devem ser eivadas pela reflexão” (p.25). Para ele, é necessário, mudar tanto a concepção de avaliação quanto sua prática, por um processo de sucessivas aproximações, construindo uma práxis transformadora.

A práxis enquanto uma atividade específica do ser humano, é essa articulação viva entre ação e reflexão; é a ação informada pela reflexão, conhecimento, fins, estratégias e a reflexão desafiada pela ação, como todo seu enraizamento histórico social. Tratam-se de duas modalidades de atividades, que não podem ser fundidas, mas que também não podem ser isoladas, sob pena de cairmos na abstração estéril(verbalismo) ou na ação cega(ativismo). O campo da articulação da ação e da reflexão é justamente o esforço de transformação da realidade (VASCONCELLOS, 2003, p.26).

Steck, Redin e Zitkoski(2008) na obra *Dicionário Paulo Freire*, escrevem que, práxis no pensamento freiriano é um conceito básico que perpassa toda a sua obra. Sendo indissociável do pensamento, da análise e da compreensão do papel da educação na sua totalidade. Está ainda segundo os autores, intimamente ligada aos conceitos de dialogicidade, ação-reflexão, autonomia, educação libertadora, docência.

Deve-se entender a atividade humana na sua plenitude quando manifesta, pois, a unidade dialética do pensar e do ser. Nesse contexto, práxis assume uma dimensão histórica que busca compreender o homem e o mundo em permanente processo de transformação. A ação do homem sobre o mundo a partir de sua compreensão origina uma forma de ser intrinsecamente ligada ao pensar. A práxis torna-se um produto sócio-histórico próprio do homem consciente que faz da sua presença no mundo uma forma de agir sobre o mesmo. Paulo Freire aplica esta dimensão à educação: o homem educa-se em totalidade num constante processo de devenir, em comunhão com os outros, dizendo sua palavra sobre o mundo. Dizer a palavra é definir o seu lugar na história (STECK, REDIN & ZITKOSKI, 2008, P.333).

Esse trabalho, cujo objetivo foi materializar no chão da escola um novo momento do Conselho de Classe, o qual denominamos CCP, buscou na interlocução com os/as colegas, uma possível discussão de cunho prática- teórica - prática, de uma práxis, na concepção e na

ação do Conselho. O desenvolvimento deste trabalho partiu do que foi expresso por Freire (2007), para quem o diálogo só pode existir se for com o outro e não sobre o outro.

Concepção de Avaliação:

Entendemos que em cada concepção de avaliação está intrincada uma determinada concepção de educação, que inclui a concepção de homem e de sociedade e, conseqüentemente de escola. No campo educacional, a avaliação enquanto uma verificação da aprendizagem ainda se constitui em um poderoso instrumento de classificação bem como, de exclusão. O interessante é vermos em Padilha (2002) que alguns educadores/as têm servido, através de suas posturas não democráticas, em uma espécie de “mão de ferro do Estado” (p.111), descomprometido com os/as excluídos/as, ao reprovarem ano a ano e sistematicamente seus/as alunos/as. Ele apresenta as características mais marcantes de três concepções de avaliação: a concepção classificatória; que enfatiza a permanência, a estrutura, o estático, o existente, o produto; a concepção diagnóstica, que enfatiza a mudança, a mutação, a dinâmica, o desejado, o processo. E, finalmente, a concepção dialógica ou cidadã que leva em conta o contexto, a realidade concreta para uma possível reflexão sobre ela, para intervir de maneira mais consistente sobre essa realidade. Essa intervenção se dá no sentido de uma mudança em benefício dos/as envolvidos/as.

Luckesi (2002) nos diz que uma avaliação democrática precisa garantir que os/as alunos/as “aprendam e se desenvolvam, individual e coletivamente, é um princípio político-social que não é lavado a sério para as maiorias populacionais. Esse princípio tem suma importância na medida em que visa à democratização do saber” (LUCKESI, 2002, p.124). Ele ainda assevera que: “Se nós professores, na sala de aula, não podemos dar conta da política de oferta de vagas e de acesso dos educandos à escola, podemos dar conta de um trabalho educativo significativo para aqueles que nela têm acesso” (idem, p.125).

Já Vasconcellos (2003) seguindo o raciocínio de Padilha e de Luckesi, defende para uma práxis transformadora, uma avaliação transformadora, e não meramente de constatação e classificação. Para isso, ele postula que, é necessário para assumir uma avaliação não-classificatória, uma postura de compromisso com o ensino e com a aprendizagem. Para ele, algumas mudanças são verificadas em relação a essa temática, entretanto não tem sido fundamentais, pois não aprofundam o debate acerca do compromisso de todos/as em superar as dificuldades percebidas. “A questão principal não é a mudança de técnicas; passa por

técnicas, mas *a priori*, é a mudança de paradigma, posicionamento, visão de mundo, valores (VASCONCELLOS, 2003, p.41).

Concordamos com o autor que, muitas tentativas, seja por parte de governos seja por uma aspiração dos/as docentes, têm sido feitas para mudar a maneira de avaliar. Entretanto, nunca foram tão eficientes as práticas classificatórias e excludentes nas escolas. Muda-se, mas não se consegue alterar a prática. Para entendermos quais possibilidades de mudanças reais citamos Vasconcellos no sentido de uma reflexão sobre a centralidade da intencionalidade da avaliação. Vejamos o que ele nos diz:

Onde estaria o núcleo do problema da avaliação?

► No seu conteúdo: abrangência (avaliar só o aluno ou outros aspectos do trabalho; avaliação só do cognitivo ou do aluno como um todo?). Nas exigências feitas (memorização mecânica ou reflexão)?

► Na sua forma: exigência quantitativa? Na questão do processo (fragmentação ou continuidade)? Na ênfase exagerada à avaliação classificatória? No desafio de elaboração adequada dos instrumentos? Na forma de expressão dos resultados (nota, conceito, parecer descritivo)?

► Na sua intencionalidade: finalidade, objetivo? Na função que se presta na prática educacional? No uso que se faz dos resultados da avaliação?

► Nas suas relações: com a metodologia, com o sistema de ensino, com a condição de vida dos alunos? (VASCONCELLOS, 2003, p.43).

Entendemos que, a mudança na prática avaliativa dos/as professores perpassa uma rediscussão da natureza e da intencionalidade da educação, e isso exige tempo e espaço para acontecer. As práticas da instituição precisam garantir esse espaço pedagógico, foi exatamente isso que propusemos ao pensar um novo modelo de CCP.

Novas Práticas institucionais escolares: possibilidades

É fundamental que, as mudanças se dêem nas formas de organização das instituições escolares, de forma que, tudo favoreça uma nova discussão com uma real possibilidade de mudança. É preciso que, todos/as estejam participando desse novo olhar, mesmo que não sendo um consenso, é importante essa garantia, do espaço solidário e democrático da ação.

Os conselhos de classe deveriam ser momentos muito especiais, para uma leitura e reflexão do que ocorre no cotidiano escolar, incluindo as práticas professorais, além dos/as alunos/as. Esse espaço de interlocução entre os/as pares pode fortalecer o compromisso com o

aspecto mais amplo da educação, bem como, com a consolidação das instâncias democráticas na escola, ensejando a materialidade de práticas sempre solidárias, tendo a avaliação como princípio da mudança. Entretanto, a realidade do conselho de classe nas escolas demonstra em sua grande maioria, um momento em que as práticas de exclusão se dão mais efetivamente. Longe de ser um momento estritamente pedagógico, se revela um momento burocrático de aprovação ou reprovação.

Dalben (2004) em um livro intitulado: “*Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola*”; contribuiu muito especialmente para toda a elaboração das discussões, aprovação e efetivação do CCP na escola. Esse estudo e, conseqüentemente, novas proposições referentes ao conselho de classe, contou com a anuência de professores/as; alunos/as e funcionários/as. A autora postula que, após uma pesquisa sobre o cotidiano da escola algumas questões surgiram, que oportunizaram a construção coletiva de um plano de trabalho, incluindo aí uma retomada das discussões sobre o conselho de classe. Mesmo a escola pesquisada ter estabelecido algumas ações que visavam dar maior organicidade ao conselho, algumas professoras em suas entrevistas denotavam a grande dificuldade de estabelecer uma relação de fato e de direito pedagógica. “É possível dizer que a chance de ser “dono” do próprio trabalho e de poder concebê-lo fazia com que os profissionais buscassem seu aprimoramento” (idem, p.45).

É importante lembrar que a consciência humana está intimamente vinculada às condições objetivas e históricas da inserção do homem no mundo. Sua forma de inserção faz com que se desenvolvam as diversas concepções de homem, mundo, história e conhecimento, e essas concepções nortearão a forma de relação desse homem com o ambiente e com os outros homens, num processo de ação-reflexão-ação, concretizando os valores que serão privilegiados para o detonar dessas ações (DALBEN, 2004, p.51).

Essas discussões orientaram a prática de construção coletiva de um conselho que, realmente levasse em conta a inserção dos sujeitos professores/as e alunos/as num momento solidário de encontro, cujo objetivo de fundo, seria sempre a promoção humana.

Snyders(1988) sustenta em sua obra “*Alegria na Escola*” que, é preciso renovar a escola, como tarefa primordial contra os fracassos escolares massivos. Para ele:

A renovação da escola é de início a renovação dos conteúdos ensinados tal como conduzem à satisfação – e é de lá que espero renovação dos métodos e das relações entre professores e alunos; para eles como para os outros essa alegria implica que a

cultura inculcada esteja em continuidade-ruptura com a cultura que já é a sua, na qual eles já evoluem; uma cultura na qual eles se reconhecem, na qual reconhecem seus valores, mas desenvolvidos até um ponto que não teriam atingido por eles próprios e que é mais encorajador do que o que eles próprios atingiam. Esses deverão ser, portanto conteúdos culturais ligados à vida das massas, ao que melhor sustentou as massas, nas suas lutas e aspirações (SNYDERS, 1988, p.108).

Assim, fomos tecendo um novo projeto de ação na escola, transformar o conselho de classe, classificatório, em um momento de participação coletiva e democrática. No sentido dado pelo autor, renovando a escola, experimentando-a como um lugar de satisfação.

A nossa história

O CCP foi idealizado após a constatação de que a atual forma de conselho de classe não estava tomando como objeto de trabalho o processo de ensino e de aprendizagem das crianças e jovens estudantes da escola, bem como não levava em conta ainda uma avaliação emancipadora, proposta elencada no PPP da escola. Assim, para buscar a coerência da ação pedagógica elaboramos um projeto, que buscou elencar esses fatores ao conselho de classe, vindo a ser chamado de CCP.

No relatório inicial para a consecução do CCP observamos que sua prática era pautada nos seguintes princípios e procedimentos: Os professores rotulam as turmas; Comentam fatos, notas e rendimento das turmas; - Prendem-se em razões de ordem individual; - Os problemas recaem sobre o aluno: falta de interesse, não estuda, não participa, brincadeiras, muita conversa; - O aluno é avaliado para ser promovido; então ele estuda em função da nota e a aprendizagem fica em segundo plano;- Falta uma reflexão consciente que leve a uma mudança nas atitudes. Concordamos que muitos destes problemas recaem sobre o conceito de avaliação que cada profissional tem da educação sendo que, muitas vezes o valor quantitativo prevalece e não há uma análise da práxis do profissional da educação para que haja desenvolvimento de novas metodologias. Bem como, a ausência de um sistema de formação continuada em serviço para os/as docentes.

Nessa ótica o Conselho de Classe tem apenas a função de legitimar e reforçar os resultados já obtidos pelo aluno. Uma nova proposta de Conselho de Classe impõe um processo de construção histórica, em virtude do processo de avaliação ser um processo dialético que implica intrinsecamente no processo de gestão de novas ações pedagógicas.

Assim, organizamos o conselho de classe participativo da seguinte forma: a cada bimestre do ano letivo foram oportunizadas reuniões por série com o professor coordenador, equipe pedagógica e os/as alunos/as para debaterem amplamente as dificuldades encontradas, na busca de alternativas que as solucionassem. Esse conselho foi trabalhado, durante o horário de aula, com tempo previsto no calendário escolar. Nestas reuniões foram avaliados o grau de aproveitamento da turma e as dificuldades que encontram em relação aos processos de ensino e aprendizagem. Após o conselho participativo, os dados foram trabalhados pela equipe pedagógica com todos os professores em reuniões pedagógicas.

As reuniões dali por diante se transformaram efetivamente em momentos de diálogo sobre o ensino e a aprendizagem dos/as alunos, com repercussão positiva tanto pelos/as docentes quanto pelos/as alunos/as participantes. É bom pontuar que educandos/as das 5ª. Séries até o Ensino Médio participavam do CCP, dando sugestões e analisando o seu rendimento escolar.

Todos esses dados obtidos nas reuniões nas salas de aula eram posteriormente apresentados aos/as professores/as a fim de discutir os pontos relevantes buscando o consenso. Esse projeto foi desenvolvido por quase uma década nesta escola, sendo que seus resultados foram surpreendentes, é óbvio que essa forma de CCP não era e nunca foi uma unanimidade. Entretanto, foi um exercício de pensar junto e de materializar no chão da escola, uma proposta democrática de direito e de fato.

Apresentamos o modelo de projeto materializado junto aos/as professores/as e também com os/as educandos/as e funcionários/as da escola:

Projeto Conselho de Classe participativo

Justificativa: Partindo da premissa básica de que todo trabalho educativo pressupõe a participação ativa e coletiva de seus protagonistas, percebemos a real necessidade de repensar o Conselho de Classe, da forma como está instituído. Propomos uma nova leitura deste importante momento pedagógico e a ruptura com velhas e arcaicas posições, dando conta que os alunos não devam ser “julgados”, mas sim oportunizados a novas mudanças, novas metodologias e conseqüentemente novas posturas de enfrentamento das dificuldades que envolvem o ensinar e o aprender. O Conselho de Classe participativo nesta instância propõe a participação da turma, do professor coordenador em sala de aula, juntamente com a

coordenação pedagógica da escola, no intuito de que possam ser ouvidos os alunos e professores e que a partir de seus posicionamentos repensemos coletivamente nossa prática e a proposição de novos encaminhamentos em relação à turma.

Objetivos :

Ressignificar o Conselho de Classe como forma de maior participação dos alunos buscando o exercício da cidadania.

Repensar, a partir do levantamento das dificuldades, novas formas de encaminhamento pedagógico.

Priorizar o trabalho coletivo como forma de tentativa de superação das dificuldades no relacionamento professor x aluno.

Metodologia: Serão oportunizadas reuniões por séries com o professor coordenador, a equipe pedagógica e os alunos para discutir amplamente as dificuldades encontradas tanto do ponto de vista docente quanto discente, na busca de alternativas que as solucionem. A reunião será organizada utilizando aulas geminadas, onde o professor coordenador terá o relatório bimestral e uma ficha para registro do Conselho de Classe Participativo. Posteriormente estes dados serão trabalhados pela equipe pedagógica com todos os professores.

Cronograma: todos os bimestres do ano letivo em curso

Avaliação: A avaliação se dará a partir da retomada com os professores, os posicionamentos dos alunos sobre seu desempenho escolar. Reuniões Pedagógicas.

Considerações

Consideramos que o desenvolvimento de um projeto dessa natureza na escola, foi um desafio e uma tentativa feliz de resignificar o Conselho de Classe. Aquele modelo até então de CC, não estava corroborando para a verificação e avaliação do processo de ensino e de aprendizagem da escola. Ano após ano o atual formato de conselho justificava a exclusão. Era preciso mudar, então promovemos um debate e um estudo sobre uma nova possibilidade de conselho de classe que poderia vir a ser um CCP. Os/as professores/as aceitaram a proposta, então, passamos a articular um novo modelo de conselho.

Tivemos que trabalhar junto aos/as alunos/as uma nova concepção de CC, bem como de avaliação. Pois até então, o conselho que conheciam era aquele em que alguns “escapavam” e outros eram reprovados. As classes escolheram os/as professores/as que seriam seus coordenadores/as para a efetivação do CCP, e munidos do projeto e da ata do

conselho íamos para as salas exercitá-lo. O nosso cuidado sempre foi grande em transformar esse espaço do CCP em um momento estritamente pedagógico, evitando julgamentos de valor. Após essas reuniões e com um extenso material em mãos, realizávamos o encontro pedagógico, em que ali seriam discutidos os problemas e soluções aventados nas discussões com os/as alunos/as. Inicialmente foi um momento difícil, pois ainda alguns colegas queriam o modelo antigo de CC. A contrapelo, fomos caminhando e tecendo o caminho. O pano de fundo do projeto era um redimensionamento da avaliação, o que conseguimos observar efetivamente no decorrer dos CCP.

Concluimos que, é preciso garantir, tempo e espaço, para estudo dos/as professores principalmente acerca do processo avaliativo, numa concepção emancipadora. Defendemos ainda, uma aproximação dos docentes da Educação Básica às pesquisas na universidade. Defendemos também uma proposta de formação continuada em serviço para que projetos como esse se efetivem eficazmente para além de praticas de tergiversação.

REFERÊNCIAS

- DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. Os conselhos de classe e o cotidiano escolar. In: **Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas, SP : Papirus, 2004, p.41-54.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa**. 35ª ed. São Paulo: Paz E Terra, 2007.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2002.
- STRECK, R. Danilo, Euclides Redin e Jaime José Zitoski (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.
- ROMÃO, José Eustáquio & GADOTTI, Moacir. **Projeto da escola cidadã: a hora da sociedade**. São Paulo, IPF, 1994.
- SNYDERS, Georges. **A Alegria Na Escola**. Traduzido do original francês **La Joie à L'École**. por Bertha Halpern Guzovitz e Maria Cristina Caponero. São Paulo : Manole. 1988.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança-por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 2003